

Marcelismo no Estado Novo – a governação de Marcelo Caetano

Michal Kováč, 20.3.1981

5º ano do curso da Língua e Literatura Portuguesa

Vinařská 5, 603 00, Brno

Email: gtc@mail.muni.cz

Telefone: +420773024630

Masarykova univerzita, Filozofická fakulta

Tutor académico: Mgr. Maria de Fátima Néry-Plch

CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. MARCELISMO NO PODER.....	4
2.1 As idéias políticas de Caetano.....	4
2.2 Primavera marcelista.....	6
2.2.1 <i>Eleições legislativas de 1969.....</i>	9
2.2.2 <i>Revisão constitucional – o fim da Primavera.....</i>	11
2.3 Reformismo marcelista na prática.....	13
2.3.1 <i>O Estado social de Marcelo Caetano.....</i>	14
2.3.2 <i>A reforma do ensino de Veiga Simão.....</i>	15
2.3.3 <i>Progresso económico.....</i>	17
2.4 Questão Ultramarina.....	19
2.5 Portugal e o Futuro – o princípio do fim do marcelismo.....	25
3. CONCLUSÃO.....	26
4. BIBLIOGRAFIA.....	27

1. INTRODUÇÃO

O início do século XX na história de Portugal significou um período de constantes mudanças de regime. Da monarquia passámos à república democrática, da república à ditadura militar. Apenas a Constituição de 1933 conseguiu romper com esta sequência de instabilidade política, instaurando o regime autoritário corporativista – Estado Novo. Desde então, Portugal habituou-se a ser presidido por um homem só, fundador do Estado Novo, António de Oliveira Salazar. O seu «casamento» com a Pátria durou quase quatro décadas e foi necessário ser um móvel a derrubar o ditador. A uma vulgar queda da cadeira deve-se o facto de Portugal ter podido conhecer outra governação além da salazarista.

Para nós, no presente trabalho, serão importantes acontecimentos causados pela queda de Salazar, que originou em 1968, a subida de Marcelo Caetano para o poder. Não pretendemos responder às perguntas se a sua governação - marcelismo foi ou não foi salazarismo sem Salazar, nem se Caetano falhou ou não falhou uma possível transição política do regime para a democracia. O objectivo primordial do trabalho é esboçar as tendências políticas do marcelismo e ver se conseguiram ser realizadas na prática, sob o lema «*renovação na continuidade*». Ao longo deste trabalho tentaremos assinalar as «renovações» que consideramos fundamentais e marcar as diferenças para com seus antecessores salazaristas, dedicando especial atenção às reformas durante a governação de Caetano.

2. MARCELISMO NO PODER

Nem a Abrilada de 1961, nem o atentado em Lisboa a 4 de Julho de 1937¹ conseguiram provocar aquilo que uma vulgar queda da cadeira provocou, tirar o poder das mãos de Salazar. Um banal acidente no forte de Santo António em S. João do Estoril, causou-lhe ferimentos cerebrais e a 7 de Setembro de 1968 teve de ser operado a um hematoma craniano. Américo Tomás, Presidente da República, resolve substituí-lo. Os nomes mais pronunciados eram Marcelo Caetano, Adriano Moreira, Franco Nogueira, Teotónio Pereira e Antunes Varela. Da reunião do Conselho de Estado em 17 de Setembro saiu Caetano como o principal candidato, como posteriormente explica no seu livro: «*O Presidente da República comunicava-me que mais de noventa por cento das pessoas consultadas haviam indicado o meu nome para suceder ao Dr. Salazar. E era também seu desejo nomear-me para a presidência do Conselho*».² A 27 de Setembro de 1968 Caetano, aos 62 anos de idade, toma posse da chefia do Governo português.

2.1 As idéias políticas de Caetano

Para que entendamos a acção política de Caetano, devemos traçar algumas idéias mais importantes do seu pensamento, bem visíveis nas entrevistas a António Alçada Baptista em 1973.³ Nestas conversas Marcelo fez uma divisão filosófica acerca das liberdades que o país esperava serem restauradas. Salientou existirem liberdades «*menores*» como liberdade de informação, designação do poder por sufrágio universal, a livre formação de partidos e a direito

¹ Um atentado mal executado por parte dos comunistas,

² Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Record, Rio de Janeiro, 1974, p.14

³ Baptista, António Alçada: *Conversas com Marcelo Caetano*. ed. Moraes, Lisboa 1973

de associação que pudessem levar Portugal, se fossem plenamente restituídas naquela época, «*a uma onda de desordem, subversão e anarquia (...) e tomassem conta dos destinos da Nação.*»⁴ Ele preferia concentrar-se no exercício das liberdades «*maioritárias*» que julgava prioritárias e o objectivo era defendê-las para que não fossem condicionadas, caso a situação política permitisse restaurar as liberdades menores.⁵ Segundo Caetano, a responsabilidade do Governo passava, em primeiro lugar, pela necessidade de garantir a implantação das medidas que as pessoas exigiam: «*manter a ordem nas ruas, salário digno com o qual possam assegurar a sua subsistência, habitação decente, e educação dos filhos.*»⁶

Destes argumentos consta que a restrição de certas liberdades fora encarada como apenas uma medida temporária, não rejeitando a sua posterior restauração.

Relativamente à questão ultramarina, Caetano defendia uma política de «*progressivo desenvolvimento e a crescente autonomia das províncias ultramarinas.*»⁷ Marcelo sabia que, devido à pressão internacional sobre Portugal, era necessário diminuir a intervenção da Metrópole, ao mesmo tempo empenhar-se na criação dos quadros locais legais a que pudesse ser entregue o poder, sem que este caísse nas mãos das populações brancas segregacionistas⁸, nem tão pouco nas de movimentos subversivos, pois estes iriam expulsar as populações brancas da África⁹. Ora, estas visões, bem como «*a promessa*» da manutenção do *status quo* por Caetano, condição imposta por Américo Tomás no discurso da tomada de posse¹⁰, justificavam a

⁴ Baptista António Alçada, op. Cit., p. 67

⁵ Baptista António Alçada, op. Cit., p. 65

⁶ Idem, p. 63

⁷ Idem, p.214

⁸ Idem, p.215

⁹ Idem, p.228

¹⁰ Almeida Martins, “Treze anos de solidão”, *Visão História*, nº2, 2008, pág.44

¹¹ Baptista António Alçada, op. Cit., pp. 212-215

continuação da guerra em África. Das palavras proferidas a Alçada Baptista¹¹ é-nos claro que Marcelo entendia que a Pátria não se limitava apenas ao território europeu, mas estendia-se de *Minho a Timor*, obrigando os portugueses à sua preservação.

2.2 Primavera marcelista

A tomada da posse de Marcelo Caetano em São Bento a 27 de Setembro de 1968 iniciou-se com o seguinte discurso: «*O país habituou-se durante largo período a ser conduzido por um homem de génio: de hoje para diante tem de adaptar-se ao governo de homens como os outros*»¹². Nestas palavras, proferidas por Caetano vemos uma certa ambiguidade. Terá feito apenas um simples gesto de cordialidade a Salazar ou será que podemos entendê-las como um tímido sinal de mudança, de que os «velhos tempos» tenham acabado e iniciar-se-á uma nova época, obviamente dentro das linhas traçadas nas páginas anteriores? Caso escolhamos a segunda opção e a esta juntarmos a outra parte do discurso «*constância das grandes linhas da política portuguesa e das normas constitucionais do Estado não impedira, pois, o Governo de proceder, sempre que seja oportuno, às reformas necessárias*»¹³, será que podemos falar de um forte sinal de que o país iria ao encontro com a democracia? É certo que vários marcelistas tinham discursos abundantes, como é o caso de Guilherme Melo e Castro, em que definiu a meta final como «*adaptação do nosso dispositivo político pelo módulo comum da Europa ocidental*»¹⁴, sem que este pensamento fosse compatível com o de Caetano. Naturalmente, tais afirmações

¹² «Saibamos ser dignos desta hora», discurso pronunciado no Palácio de São Bento a 27 de Setembro de 1968, in Caetano, Marcelo: *Pelo Futuro de Portugal*. ed. Verbo, Lisboa, 1969, pp. 19-20

¹³ Ibidem

¹⁴ Cit. In Pinto, Nogueira Jaime: *Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*. ed. Difel, Lisboa, 1999, pag. 174

deixavam os seus apoiantes bastante entusiasmados até ao ponto de muitos socialistas, opositores do regime, acreditarem numa evolução democrática.

No nosso ver, Marcelo aproveitou-se deste clima favorável, embora um pouco enganador, e procurou levar a cabo as suas idéias reformatórias com o objectivo de modernizar o país dentro do possível, dentro das regras que a Constituição lhe permitia, sem mudar o regime.

Logo após a sua nomeação, tentou não destabilizar o clima político e decidiu manter, por enquanto, a então estrutura do gabinete, demitindo apenas alguns Secretários e Sub-secretários do Estado. Caetano, tendo a noção de que apenas numa situação política pacífica pudesse prosseguir com as suas idéias reformistas, procurou por um lado não destabilizar a UN, por outro lado tentou agradar à oposição. Após as atitudes como a nomeação de um civil para Ministro do Interior¹⁵ ou a extinção da censura à política interna, vários foram os socialistas que acabaram por acreditar que a «primavera marcelista» anunciava mesmo uma transição democrática do regime. Fernando Abranches-Ferrão, um dos socialistas convencidos da possível mudança, terá escrito uma carta a Mário Soares, que se encontrava ainda no exílio em São Tomé, onde aconselhava a Soares que deixasse «*de lutar pelo máximo absoluto para lutar pelo máximo possível*»¹⁶. Contudo, o próprio Soares afirmou que nunca acreditou na «Primavera marcelista», até porque conhecia Caetano pessoalmente (fora o seu professor de Direito) e considerava-o demasiadamente conservador que nunca acreditou na democracia por ter sido fascista e corporativista¹⁷. O certo é que foi graças a Caetano que Soares pôde regressar, já em Outubro de 1968, a Portugal do exílio na África, facto que jamais teria acontecido se Salazar tivesse

¹⁵ Refere-se a António Manuel Gonçalves Ferreira Rapazote, ministro do Interior de 19 de Agosto de 1968 a 7 de novembro de 1973

¹⁶ Carvalho, Rita Almeida de: «A definição do Marcelismo à luz da revisão da Constituição», in Rosas Fernando (coord.: *A Transição falhada*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 37

¹⁷ Soares, Mário: "Como vivi a queda de Salazar e a Primavera invernososa de Caetano", *Visão História*, nº2, 2008, p.87

continuado no Governo. Esta atitude de boa vontade apenas veio provar que Caetano estava decidido a devolver certas liberdades à sociedade.

Sob o lema «renovação na continuidade», Caetano foi prosseguindo com outras medidas, que por um lado criavam expectativas de abertura, por outro foram consideradas apenas como mudanças «cosméticas». O Governo de Caetano moderou alguns poderes policiais, sobretudo a diminuição do prazo da detenção sem culpa formada dos seis para três meses e ao mesmo tempo a PIDE(Polícia Internacional e de Defesa do Estado) passou a chamar-se DGS(Direcção-Geral de Segurança). Caetano estava consciente do mau funcionamento da polícia secreta e mostrou-se favorável a *«determinar a remodelação do serviço de investigação cujo chefe foi posteriormente substituído e fizeram-se as mudanças internas de pessoal que se afiguraram convenientes para garantia da nova orientação»*¹⁸. Na verdade, esta vontade inicial de Caetano relativamente ao funcionamento da PIDE acabou por não se realizar, no nosso ver também devido à Guerra do Ultramar cuja manutenção exigia um agregado policial secretamente infiltrado na sociedade, quer em Portugal quer no Ultramar.

Quanto às eleições, já em Dezembro de 1968 o gabinete de Caetano aprova uma nova lei que concede os mesmos direitos eleitorais a homens e mulheres, suprime o voto censitário e desta forma quase instaura o sufrágio universal em Portugal¹⁹. Naturalmente, estes sinais de descompressão política reflectiram-se na sociedade. Caetano começou logo por obter rapidamente o respeito dos portugueses.

¹⁸ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Record, Rio de Janeiro, 1974, p.77

¹⁹ Miranda, Jorge: *Estudo de Direito Eleitoral*. Lisboa, ed. Lex, 1995, p.13

2.2.1 Eleições legislativas de 1969

Marcadas para 26 de Outubro, as eleições deveriam ser, segundo Caetano «a mais correctas possíveis» o que pressupunha que nelas participasse também a oposição, que até então não tivera oportunidade de concorrer às urnas. Foi o desejo pessoal de Caetano que «*o pleito fosse franco e leal e nesse sentido deu sempre instruções aos seus colaboradores*»²⁰. Como na UN(União Nacional) existia uma corrente conservadora-salazarista com a sua postura hostil face às políticas marcelistas, Caetano percebia a importância destas eleições para a sua continuação e a vontade dele era ganhá-las com uma larga margem de votos para poder mostrar o apoio dos portugueses.

No entanto, Américo Tomás, um dos representantes salazaristas, deixou claro que possível resultado desfavorável obrigaria FA(Forças Armadas) a intervir com o objectivo de restaurar a normalidade, o que naturalmente causaria o afastamento de Caetano do poder. Tendo consciência disso, bem como da lei eleitoral em vigor na altura, a oposição não tinha muitas expectativas de vencer o sufrágio, embora o governo tivesse admitido que ganhasse em alguns distritos.

Foi precisamente neste período da «Primavera», nas preparações para as legislativas, que Caetano deu indicações a José Guilherme de Melo e Castro, presidente executivo da UN, no sentido de atrair gente nova às listas do partido. Interessavam-lhe pessoas não comprometidas, sem ligações prévias ao regime salazarista. Este recrutamento tinha por objectivo pôr em marcha as reformas traçadas no passado, o que mais uma vez, a nosso ver, causou falsas expectativas acerca da democratização de Portugal. Caetano deixou bem claro que pretendia «*recrutar para as listas da UN um núcleo forte de jovens da ala progressista moderada, garantindo-lhes liberdade de movimentos desde que aceitassem os princípios fundamentais comuns à lista em*

²⁰ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p.57

*que haviam de ser propostos aos eleitores»*²¹. Nesta altura, entraram às listas da UN jovens políticos como Francisco Pinto Balsemão, José Pedro Pinto Leite, Francisco Sá Carneiro, João Mota Amaral, que formarão a chamada Ala Liberal.

As eleições legislativas decorreram com a escassa abstenção dos eleitores que com os seus votos confirmaram as políticas marcelistas. Naturalmente, devido ao sistema eleitoral maioritário a oposição viu-se prejudicada, considerando o acto eleitoral como fraudulento. O facto é que na antevéspera das eleições uma delegação da Internacional Socialista, constituída pelos representantes dos partidos socialistas europeus com o objectivo de observar e fiscalizar o sufrágio, fora expulsa do país pela DSG, com o consentimento de Caetano: *«não me parece que o governo de qualquer País que se preze pudesse admitir tão impertinente ingerência na sua política interna. Tive, com pesar, de mandar convidar esses senhores a regressar às suas terras»*.²² Se os socialistas, nomeadamente Mário Soares, já antes tinham dúvidas quanto ao bom senso de Caetano, depois desse acto entenderam que a «Primavera» era apenas uma farsa. O próprio Soares chamou a expulsão dos observadores *«um escândalo, que fez estalar o verniz caetanista»*.²³

Apesar de ter havido cortes de censura a par com ausência dos observadores, estas eleições confirmaram um certo clima de abertura, pois como mencionámos mais acima o sufrágio alargou-se às mulheres alfabetizadas, prosseguiu-se com a extinção do voto censitário, bem como a legalização das estruturas da oposição. Na nossa opinião, construíram-se as bases para a posterior democratização, caso houvesse vontade política ou a situação a permitisse.

²¹ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit.,p.58

²² Idem, p.60

²³ Soares, Mário: "Como vivi a queda de Salazar e a Primavera invernososa de Caetano". *Visão História*, nº2, 2008, p.89

2.2.2 A revisão constitucional – o fim da «Primavera»

É nos finais de 70, durante as elaborações de projectos para a revisão constitucional, que o grupo liberal entra em clara ruptura com Marcelo Caetano. O objectivo principal da Ala Liberal era apresentar um próprio projecto de revisão constitucional, marcada para a primavera de 1971. Prosseguiu-se então, sem aguardar pela proposta governamental, com a elaboração do projecto, na base dos anteprojectos de Sá Carneiro e Mota Amaral. Assinado por 15 deputados²⁴ e apresentado na Assembleia Nacional a 16 de Dezembro de 1970, causou uma profunda surpresa a Caetano, pois nasceu um projecto de revisão de cujo conteúdo não lhe deram conhecimento²⁵. A proposta tratava de importantes alterações: liberdade de imprensa, eleição do Presidente da República por sufrágio directo, autonomia do Ultramar, bem como a extinção de tribunais com competência para o julgamento de crimes políticos. Foi precisamente este texto que originou a tal ruptura entre os liberais e o Chefe de Estado. Este acontecimento causou o arrefecimento das relações, e a partir de então Caetano deixou de confiar na Ala Liberal, tal como explica no Depoimento: «*Como nunca encontrei apoio seguro nos liberais, fui forçado a procurar esse apoio na maioria conservadora da Assembleia, facto da maior importância de que os liberais foram os únicos responsáveis.*»²⁶. As maiores divergências vinham de pensamentos políticos bastante distintos, representados, sobretudo por Caetano e Sá Carneiro. O deputado liberal reconheceu que houve uma alteração positiva no âmbito da restauração das liberdades e garantias, mas ao mesmo tempo afirmou que se poderia ter ido mais longe, pois a instauração

²⁴ Sá Carneiro, Mota Amaral, Pinto Balsemão, Miller Guerra, Correia da Cunha, Pinto Machado, Henriques Carreira, Magalhães Saraiva da Mota, Martins da Cruz, Eduardo Nogueira, Macedo Correia, Joaquim Montanha Pinto, Valadão dos Santos, João Ferreira Forte e Conceição Pereira.

²⁵ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p.65

²⁶ Idem, p.66

mais ampla das liberdades ajudaria no sentido da progressão económica e à evolução social.²⁷ Uma postura naturalmente diferente adoptou Caetano ao dizer que nesta revisão, face às propostas liberais, não podia esquecer dois factos importantes: *«primeiro, que entre quantos reclamam liberdades figuram muitos que as não querem senão para terem aberto o caminho do poder totalitário que logo as suprimirá; segundo, que Portugal tinha no seu território três frentes internas de subversão a combater e que nesse combate o governo não podia desprezar a retaguarda onde o inimigo, caso conseguisse infiltrar-se (como se infiltrou), ganharia facilmente a partida total»*.²⁸

Acabada a votação no plenário, onde é aprovado o texto contitucional elaborado pela comissão eventual, a posição política de Caetano entra em isolamento para a qual contribuiu uma forte diversidade de tendências políticas. Por um lado, com certo reformismo quanto ao problema do Ultramar, proporcionando a autonomia administrativa e política, entrou em conflicto com a ala conservadora da Assembleia, por outro lado fez afastar de si a ala liberal, devido ao facto de ter apoio e possibilidades de ir mais longe na evolução do regime, o que naturalmente não aconteceu.

A nosso ver, percebe-se uma certa relutância em aceitar mais das propostas dos liberais. Em primeiro lugar, por Caetano ser o presidente do Conselho, escolhido por um delfim de Salazar, Américo Tomás, ao qual prometeu continuar com a obra erguida. Em segundo, porque como Chefe do Governo, naturalmente tinha responsabilidades pelo País, que se encontrava em plena guerra colonial, exigindo um grande esforço por parte da Nação. Nestas circunstâncias é difícil imaginar ser restaurada a liberdade de imprensa. Em terceiro lugar, porque talvez se tenha sentido traído pela Ala Liberal na apresentação da proposta de revisão na Assembleia. Qualquer

²⁷ Carvalho, Rita Almeida: «A definição do Marcelismo à luz da revisão da Constituição», in Rosas Fernando (coord.): *A Transição falhada*. 1ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 55

²⁸ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p.65

das maneiras, nesta revisão constitucional Caetano conseguiu ajustar o excessivo autoritarismo de Salazar, no campo ultramarino iniciou a implantação de medidas que levassem as províncias ultramarinas a uma Federação e conseguiu restaurar algumas liberdades que achava «possíveis».

É precisamente nesta altura que termina a «Primavera marcelista». Para aqueles que sob a nomeação de Caetano para o cargo de Chefe de Estado entenderam que Portugal iria transformar-se num país democrático, o desfecho deste período significou uma enorme desilusão. Embora admitamos alguma ambiguidade nas suas declarações, jamais afirmariamos que Caetano estritamente defendia a necessidade de uma evolução democrática. No nosso ver, apesar de adoptar o restauro de certas liberdades e garantias pessoais, Caetano representava a continuidade do Estado Novo, tentando renovar o possível para o bem da Nação.

2.3 Reformismo marcelista na prática

Como resposta ao forte desenvolvimento de Portugal nos anos 60, chamado o período de «vacas gordas», o gabinete de Caetano procurou implantar reformas necessárias na sociedade portuguesa. Visando uma moderada abertura da economia, o Governo português concentrou-se sobretudo no prosseguimento das inovações no sector da educação, na área económica e levou a cabo a reforma dos assuntos sociais, focando-se na protecção dos operários e da promoção das classes baixas.

2.3.1 O Estado Social de Marcelo

Ao tomar a posse, um dos objectivos era melhorar a protecção das classes mais desfavorecidas. A fórmula «Estado Social» não significava de maneira alguma uma tentativa de implantar o socialismo, mas sim trabalhar no sentido de uma melhor distribuição de riquezas produzidas pelos portugueses.²⁹

Consciente de que eram os trabalhadores rurais quem necessitava maior apoio de estado, Caetano concentrou-se no exercício das leis com o fim de alargar a Previdência Social aos trabalhadores do sector agrário. Longe de ser o defensor da célebre frase de Salazar: «quem não tem dinheiro não tem vícios», apresentou já no Outono de 1968 uma proposta da lei sobre a concessão do abono de família, que viria a ser aprovada em 1969. Ao longo dos anos de governo de Caetano, outras leis foram introduzidas visando novas regalias sociais, nomeadamente a assistência na doença, subsídio de casamento, subsídio pelo nascimento de filhos, bem como o subsídio de aleitação durante os primeiros oito meses. Um dos benefícios mais celebrados foi a concessão de uma pequena quantia aos idosos, sem que estes tenham alguma vez na sua vida activa feito descontos para a Segurança Social, bem como a integração das empregadas domésticas no sistema. E não podemos esquecer que foi nesta altura que entrou em vigor a prática de pagamento do 13º mês.

Existiam, porém, dois diplomas aprovados já em 1969 que, no âmbito da sua aplicação abriram «a caixa de pandora», pois até então o Estado Novo nunca viveu uma onda tão forte de reivindicações e greves operárias. Tratava-se da Lei Sindical, que visava alargar a dimensão geográfica e profissional dos sindicatos, cujas direcções acabavam de ser homologadas pelo

²⁹ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p.127

governo³⁰ e o Diploma sobre a Contratação Colectiva, que tornou imperativa a negociação de contratos de trabalho e acordos colectivos.³¹ Devido a uma moderada liberdade dos sindicatos, infiltraram-se neles vários movimentos de oposição ao regime e desataram acções reivindicativas contra o governo. A estes se juntaram muitos operários, sobretudo aqueles que regressavam da guerra colonial.

2.3.2 A reforma do ensino de Veiga Simão

Caetano, consciente dos problemas do ensino, até porque era professor e vários anos ocupou o cargo de reitor da Universidade de Lisboa, procurou dar resposta às necessidades impostas e sob o seu mandato Portugal assistiu a uma verdadeira «revolução» no ensino. Devido à demissão do Dr. José Hermano Saraiva na remodelação ministerial de 1970, o Chefe do Governo convocou para a pasta da Educação Dr. José Veiga Simão, que na altura reitorava a Universidade de Lourenço Marques em Moçambique. Este aceitou o convite, porém sob uma condição: que fossem arquivados todos os processos criminais aplicadas durante a crise académica em Coimbra.³²

Para Veiga Simão a educação da sociedade era a força motriz fundamental do desenvolvimento quer social quer industrial. Referia-se a reforma escolar como «a batalha da educação». Entendeu que a objectivo da educação não era apenas a formação de um estreito escol da população, mas tinha de ser aplicada a todos, consoante as vocações de cada um.

³⁰ Decreto-Lei n.º 49 058, de 14.6.69, Diário do Governo, n.º 136, in Luceda, Manuel: *A Evolução do Sistema Corporativo Português – O Marcelismo*. Lisboa, ed. P&R, 1976, pp. 57-73

³¹ Decreto-Lei n.º 49 212, de 28.8.69, Diário do Governo, n.º 201, in Luceda, Manuel: *A Evolução do Sistema Corporativo Português – O Marcelismo*. Lisboa, ed. P&R, 1976, pp. 104-121

³² <http://group.xiconhoca.com/2009/02/17/port-hist-governo-de-marcelo-caetano-veiga-simao-demituiu-se-tres-vezes>

«Saber ler, escrever e contar já não é quanto basta para os Portugueses. Critérios de justiça social e exigências da vida moderna levam-nos a querer e a planear para todos eles um sistema educativo que lhes permita realização plena como indivíduos e como cidadãos.»³³

A prioridade desta reforma foi concentrar-se no Ensino Superior. Na altura existiam em Portugal apenas quatro universidades (duas em Lisboa, Porto e Coimbra) cujo carácter era bastante literário, notando um grande atraso do ensino técnico relativamente à Europa. Resolveu-se então diversificar o ensino, criando Institutos Politécnicos, sobretudo nas zonas industriais do país. A par desses institutos nasceram novas universidades em Guimarães, Braga, Aveiro e Lisboa (Universidade Nova). Para que o ensino superior fosse acessível a todas as camadas da população, criou-se o Instituto de Acção Social, cuja actividade consistia em proporcionar o apoio complementar aos estudantes. Sob o lema «igualdade de oportunidades» permitiu-se o acesso ao ensino superior a candidatos de idade superior a 25 anos mesmo sem estes apresentarem habilitações académicas necessárias, desde que provassem a sua capacidade, segundo os critérios estabelecidos pelas universidades.³⁴

No que diz respeito ao ensino básico, o Ministério da Educação aumentou a escolaridade obrigatória para oito anos, divididos em dois ciclos, primário e secundário. Ao primeiro ciclo antecedia a formação pré-escolar voluntária. Desde 1973, quando a reforma escolar em conjunto foi aprovada na Assembleia, a escolaridade de oito anos passou a ser gratuita.

Foi também nesta reforma escolar que a Mocidade Portuguesa viu o seu fim, ao tornar-se voluntária em 28 de Outubro de 1971.

Infelizmente, enquanto a reforma se foi implantando no sistema escolar, o clima nas universidades foi-se radicalizando. Apesar de um dos objectivos principais de Veiga Simão era

³³ Veiga, Simão: *Educação... Caminhos de Liberdade*. Lisboa, CIREP, 1973, p. 214

³⁴ Veiga, Simão: *O Direito à Educação*. Lisboa, CIREP, 1972, pp. 19-24

pacificar o ambiente estudantil, o que provou ao impor tal condição para a aceitação do cargo de Ministro, assistiu-se à formação de vários grupos estudantis bastante politizados. Naturalmente, para eles a aceitação da reforma estava fora de questão, o que conduziu à rebelia total, facto que fortemente perturbou o Chefe do Governo: *«Quanto entusiasmo posto em levá-la (a reforma) a cabo, quantas esperanças acalentadas a respeito dela! E quanta tristeza em ver como a tanto trabalho e a tanto esforço correspondia da parte da maioria daqueles que deveriam colaborar uma atitude de passividade e de desconfiança, senão de franca e aberta hostilidade!»*³⁵

2.3.3 O progresso económico

Já no início dos anos sessenta, iniciou-se um grande período industrial, que se tornou o mais próspero de sempre da economia portuguesa. O impulso simbólico para o arranque da economia lusa foi a adesão à EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) em 1960. Foi neste período que os índices económicos começaram a disparar para as posições altas e deu-se o início ao ciclo de grandes obras públicas do Estado Novo. É nesta década de 60 que podemos verificar uma certa liberalização da economia ao investimento estrangeiro. Salazar percebera que, para se prosseguir com grandes obras públicas que melhorassem as infraestruturas, e não dispondo de meios quer financeiros quer tecnológicos, era necessário estabelecer acordos com o exterior. Portugal, então, passou a fazer parte da OECD e do Banco Mundial.

Marcelo Caetano entendeu a mensagem clara do desenvolvimento e ao ter contratado jovens economistas pró-europeus, chamados tecnocratas, deu um impulso ainda maior ao crescimento económico, o que se verificou no arranque de vários projectos das obras públicas. Construída e

³⁵ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p. 163

aberta ao trânsito a Ponte Salazar³⁶, era necessário alargar a rede rodoviária aos já existentes acessos à ponte. Caetano, por isso, assina o contrato com o consórcio luso-francês Brisa para o início da construção de auto-estradas. O objecto primário era unir o Porto a Lisboa, cidades cujos arredores possuíam apenas uma escassa rede de acessos por estradas nacionais. O Maior empenhamento do Estado Novo foi, no entanto, o projecto de Sines. Concebido pelo Gabinete de Caetano para fazer frente ao desemprego na região subdesenvolvida de Alentejo, e ao mesmo tempo a pensar no petróleo angolano de Cabinda, simbolizava o período áureo da economia portuguesa. O projecto abrangia a construção de um porto de águas profundas e uma fábrica petroquímica ligada a uma refinaria. Calcula-se que foram criados mais de 3mil postos de trabalho.

Estas iniciativas industriais reflectiram-se, naturalmente, nos índices económicos. O PIB crescia entre 1968 e 1973 a uma média de 7,5%, o número superado apenas pela Grécia(8%) e Japão(9,5%), ou seja, em números absolutos, o PIB per capita saltou de 275 USD, em 1970, para 1217 USD em 1973.³⁷ Apesar do forte crescimento do país, o que reduziu o grande atraso relativamente aos países europeus ocidentais, Portugal continuava a ser o mais pobre da Europa. Baixos salários, fraco poder de compra e sobretudo mobilização para a guerra do Ultramar obrigaram os portugueses a emigrar. Os destinos passaram a ser países europeus: Luxemburgo, Alemanha Federal, Suíça e principalmente França que começou a contratar grandes massas de trabalhadores. Estima-se que emigravam quase cem mil portugueses por ano, culminando em 1971 com mais de 150mil. Ao todo, entre 1960-1974 emigrou 40% da população activa³⁸. Estes, por um lado, ajudavam indirectamente o Governo a cobrir o défice comercial, enviando grandes

³⁶ A ponte sobre o Tejo que liga Lisboa à margem sul do rio, inaugurada em Agosto de 1966, foi renomeada depois da Revolução dos Cravos para a Ponte de 25 de Abril

³⁷ Corkill David, «O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo», in Rosas, Fernando (coord.): *A Transição falhada*. 1ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 215

³⁸ Rosas, Fernando: *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa, Editorial Presença, 1992, p.335

remessas de poupanças, por outro o aumento da moeda em circulação, quer das remessas dos emigrantes quer das pensões pagas pelo Estado às famílias cujos membros foram mobilizados para a África, aumentou drasticamente a inflação, que em 1972, segundo Caetano, fixou-se nos 10%³⁹.

Em 1972 Portugal celebrou um acordo comercial com a CEE(Comunidade Económica Europeia), o que lhe veio abrir novos mercados para exportação dos seus produtos. No entanto, a crise petrolífera de 1973, via mercados europeus, condicionou fortemente a economia portuguesa, fazendo disparar as taxas de inflação para 13%. Esta onda inflacionária, que se registou em todos os países ocidentais, veio aumentar os preços e diminuir o poder de compra, o que levou os Portugueses à agitação social.

Embora nos últimos anos do Estado Novo, a economia tivesse passado por uma profunda crise, os anos 1968-74 significam o seu melhor período de sempre. Foram levados a cabo vários projectos de desenvolvimento, apostou-se nos novos sectores industriais, o mercado comercial abriu portas ao capital estrangeiro. Apesar dos enormes custos devido à guerra nas três frentes em África, que chegaram a atingir quase 40% do orçamento geral do Estado, Portugal registou extraordinárias taxas de crescimento e diminuiu o fosso em relação aos países ricos.

2.4 Questão ultramarina

Quando Marcelo Caetano tomou a posse da Presidência do Conselho em 1968, Portugal estava mergulhado numa guerra colonial (melhor será dizer guerra do ultramar, pois Portugal oficialmente não possuía colónias, mas sim províncias ultramarinas), que travava desde 1961.

³⁹ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p.101

Na altura da ascensão de Caetano ao Governo, 117 648 militares⁴⁰ encontravam-se mobilizados nos territórios africanos a defender a Pátria, que naturalmente, tanto para Salazar como para Caetano ia do Minho a Timor Leste. Mas com um pequeno pormenor. Enquanto para os salazaristas a defesa da África significava «uma missão histórica», completada pela «defesa do Ocidente» bem como manutenção dos «interesses económicos», o objectivo de Caetano, para justificar a presença militar no Ultramar, passou a ser apenas «a defesa dos interesses das populações brancas, há muito aí instaladas».⁴¹

Em 1968 o estratagema marcelista estava claro. Continuar com o esforço militar até se encontrar uma solução política para o problema ultramarino. E, na verdade, o problema do ponto de vista militar nem sequer causava grandes perturbações ao regime.

Em Angola operavam três movimentos políticos, cada um deles com um apoio externo. Quem apresentava mais força era o Movimento Popular de Libertação de Angola, inspirado na doutrina marxista e apoiado pela União Soviética. A sua frente tinha a FNLA(Frente Nacional de Libertação de Angola) de orientação ocidental e a UNITA(União Nacional para a Independência Total de Angola). Naquela altura estes movimentos concentravam-se mais na luta intermovimental, o que beneficia o poder português no território. Podemos dizer que nenhum dos movimentos apresentava força suficiente para destabilizar a situação.

O cenário parecido vivia-se em Moçambique, embora a FRELIMO mantivesse alguns focos de distúrbios, sobretudo nas províncias do Norte, Niassa e Cabo Delgado. Principal objectivo do movimento era prejudicar os projectos de desenvolvimento no rio Zambeze, nomeadamente a central hidroeléctrica Cabora-Bassa, ameaça que não fora realizada.

⁴⁰ Gomes, Matos Carlos: *Guerra Colonial*. Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 528

⁴¹ Caetano, Marcelo: *Mandato Indeclinável*, ed. Verbo, Lisboa, 1970

Enquanto em Angola e Moçambique a situação não causava grandes preocupações ao Governo, as condições na Guiné estavam em amarga oposição. A mais pequena das três colónias continentais africanas não possuía nada das riquezas e potencialidades angolanas ou moçambicanas e carecia de uma razoável povoação de colonos. Sob a ideologia de pluricontinentalismo, porém, teria de ser defendida da mesma forma como as outras províncias mais ricas. Em 1968, cinco anos depois do início da guerra, as acções de guerrilha do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) continuavam a ser bastante intensos, sobretudo no Sul da província, e culminaram com o assalto ao aeroporto de Bissau. Foi ainda Salazar que, para reforçar o contingente militar no território, nomeou António Spínola o governador e comandante das FA na Guiné.

Foi mais o menos nesta base de dados sobre o Ultramar que Caetano avança com as suas políticas «renovação na continuidade». E foi sob Caetano que o rumo da política ultramarina, aos olhos dos liberais, e talvez aos dos militares também, iria mudar. Ora a questão, porém, é: iria mudar em que sentido? Deveria começar-se desde logo com a descolonização, tal como fizeram outras potências europeias, iniciando negociações com os movimentos de subversão e em seguida entregar-lhes o poder? Deveria abandonar-se o progresso e desenvolvimento que as colónias viviam, o que é que iria acontecer aos colonos portugueses se o poder tivesse sido entregue a MPLA? Temos de reconhecer que são preocupações com fundamento, já vistas nos massacres de 1961, com forte pretexto racial. Por outro lado achamos controversa a ideia de pluricontinentalismo. Se a Guiné não representava «uma mina de ouro» para Portugal, se não tinha uma população colonial e ao mesmo tempo exigia o maior esforço militar, não seria preferível entregá-la, mesmo arriscando a criação de um forte precedente? Será talvez este o erro

inicial de Caetano ao pensar que a solução política da Guiné teria de ser igual à de Angola e Moçambique.

Em 1969 Caetano fez uma viagem por Angola, Moçambique e Guiné para dar apoio psicológico às FA e ao mesmo tempo assistir a um forte crescimento económico que se vivia em Angola. Deste périplo regressou «convencido de que seria uma traição ignóbil à gente de lá e à obra lá erguida patuar com os grupúsculos que, por mero aventureirismo, só mantido graças a apoios internacionais, perturbavam num ou noutro ponto restrito dos imensos territórios de Angola e de Moçambique a paz geral, contrariando a vontade da maioria.»⁴² Mostrando, então, que tinha alguma solução política para o problema ultramarino, iniciou o plano da «autonomia progressiva e participada». Esta visão consistia na criação de instituições, quadros e de assembleia colonial à qual se entregaria o poder legislativo, enquanto Lisboa manteria o direito de veto e nomearia Governadores-gerais. Para este efeito Angola e Moçambique passaram a ser Estados. A nosso ver, Caetano pretendia uma Federação de Estados, talvez uma espécie de Commonwealth português. Embora esta reforma tivesse um conteúdo limitado, bem inferior às esperanças independistas, poderia ter resultado na criação de uma classe política local⁴³, já que Caetano mostrou a vontade de abrir o horizonte aos Angolanos. Infelizmente, aprovada a lei, em Agosto de 1971, a reforma não teve tempo suficiente para dar resultados.

Entretanto, Portugal continuava travar a guerra nas três frentes. Em Angola o Gen. Costa Gomes conseguiu manter a situação sob controlo, e até a UNITA efectuou negociações com as forças portuguesas, conhecidas como operação «Madeira». FNLA não apresentava nenhuma ameaça militar, enquanto MPLA passava por uma crise interna, clara ruptura de querelas entre Augustino Neto e o chefe militar Chipenda. Em Moçambique o recém-nomeado general Kaúlza

⁴² Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p. 32

⁴³ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p. 34-38

de Arriaga, levou a cabo a operação «Nó Górdio» com o objectivo de atacar em grande escala instalações da FRELIMO no Norte. Em seguida, planeou-se outro ataque conhecido como a operação «Fronteira» para cortar as linhas de abastecimento do movimento a partir da Tanzânia. Esta iniciativa de Arriaga fez preocupar Caetano, pois facilmente poderia ter causado uma destabilização da zona fronteiriça, o que iria condicionar as relações com o Reino Unido, pois a Tanzânia fazia parte da Commonwealth. Apesar do inicial sucesso das operações, forças inimigas conseguiram recompor-se, obrigando Arriaga reforçar os ataques, o que, naturalmente, exigia enormes custos. Caetano retirou então o seu apoio às acções, o que perturbou as relações com o general Arriaga, que no seu livro afirmou que Portugal em 1970 fora travado quando se encontrava à beira da vitória em Moçambique.⁴⁴

O problema militar a sério era a Guiné, onde Spínola procurou agir de outra forma em comparação com os comandantes em Angola e Moçambique, tentando dialogar com as forças inimigas. E segundo ele, com consentimento de Marcelo.⁴⁵ O objectivo era dar relevo ao PAIGC, integrando alguns dos seus quadros na administração da província. Na sequência desta visão foram enviados três majores do exército pelo gen. Spínola para iniciar negociações, que acabaram por ser assassinados por elementos do movimento. Este trágico acontecimento fez lançar um desastroso ataque a Guiné-Conacry, onde se encontrava a direcção do PAIGC. Apoiada por Caetano, a operação «Mar Verde», revelou-se um fracasso não apenas militar, mas também diplomático, o que faz crer que Caetano não tinha consciência das possíveis consequências, cegamente confiando em Spínola. Por outro lado, quando surgiu uma possível

⁴⁴ Arriaga, Káulza de: *Guerra e Política*. Lisboa, ed. Referendo, 1987, pp. 273-279

⁴⁵ Spínola, António de: *País sem rumo: Contributo para a História de Uma Revolução*. Ed. Scire, Lisboa, 1978, p.25

resolução do problema guinense, Caetano prontamente rejeitou a proposta por parte do Senegal⁴⁶ cujo Presidente Senghor visava uma administração conjunta entre Portugal e nacionais.

Nas palavras de Caetano é possível verificar que a Guiné era dispensável, apenas não permitiria que fosse através dos acordos com o inimigo. Seguramente terá pensado que as negociações iriam desencadear um efeito de dominó que se pudesse alastrar às outras províncias. Numa conversa com Spínola afirma: *«Para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações.»* Ao que Spínola perguntou a Caetano se: *«então prefere uma derrota militar na Guiné?»* *«Os exércitos existem para combater, e devem combater para vencer, mas não é forçoso que vençam»*, respondeu Caetano. *«Se o exército português for derrotado na Guiné depois de ter combatido dentro das suas possibilidades, essa derrota deixar-nos-ia intactas as possibilidades jurídico-políticas de continuar a defender o resto do Ultramar. E o dever do governo é de defender todo o Ultramar»*⁴⁷. Esta afirmação explica a total incapacidade do Governo português encontrar a solução política para a Guiné. Resolveu-se então *«combater com meios limitados até ao fim, por forma que honrasse e ilustrasse as Forças Armadas Portuguesas»*⁴⁸, já que o general Costa Gomes, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas confirmou, em 1973, que a Guiné *«era defensável e deve ser defendida»*⁴⁹.

O desastre político-militar na Guiné culminou em Setembro desse ano, quando o PAIGC declarou unilateralmente a independência, que foi reconhecida por mais de oitenta países. Portugal, então, do defensor passou a ser agressor.

⁴⁶ Spínola, António de: País sem rumo: *Contributo para a História de uma Revolução*. Op.Cit., p.28

⁴⁷ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p. 190-191

⁴⁸ Arriaga, Kaúlza de: *Guerra e Política*. Lisboa, ed. Referendo, 1987, pp. 236

⁴⁹ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p. 180

2.5 Portugal e o Futuro – o princípio do fim do marcelismo

Regressado o general Spínola a Lisboa, Caetano ofereceu-lhe a pasta do Ultramar. O general recusou o convite, a nosso ver, por ter sabido que o governo de Caetano era um bomba-relógio prestes a estoirar. Em vez disso, aceitou o cargo de vice-chefe do EMGFA (Estado-Maior General das Forças Armadas), o qual lhe permitiu terminar a sua obra *Portugal e o Futuro*, onde faz críticas à política colonial. Publicado o livro em Fevereiro de 1974, fez encorajar o Movimento dos Capitães, entretanto já bastaste politizado, para passar à acção. Os militares cansados de uma guerra eterna, oficiais desiludidos com medidas do Governo que facilitavam entrada dos milicianos aos quadros permanentes, ultrapassando uma série de cursos, entenderam terem luz verde para o golpe de Estado. Caetano não tinha qualquer dúvida quanto à mensagem política do livro de Spínola: «ao fechar o livro tinha compreendido que o golpe de Estado militar, cuja marcha eu presentia há meses, era agora inevitável».⁵⁰ Na verdade, Caetano já não tinha poder nem tempo para tentar recompor a ordem. Em Março, talvez sob a suspeita de que o gen. Spínola e o seu chefe no EMGFA Costa Gomes fossem os verdadeiros representantes do Movimento das Forças Armadas, o Presidente do Conselho tenta entregar o poder aos dois generais e em seguida pede a demissão a Américo Tomás. Esta é lhe recusada, e sob a pressão dos ultras do regime afasta os generais dos seus cargos, após a recusa deles em participar no juramento de fidelidade ao Governo.

Naturalmente, por esta altura nem o Governo, nem os dois generais demitidos mandavam nas FA. O Golpe das Caldas da Rainha, em 16 de Março, foi apenas uma precipitação do fim do Estado Novo, marcado pela Revolução dos Cravos em Abril de 1974.

⁵⁰ Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Op. Cit., p. 196

3. CONCLUSÃO

Para fazer uma objectiva avaliação das políticas marcelistas é fundamental concentrarmo-nos nos objectivos de Caetano e nas suas implantações no sistema corporativo do regime durante a sua governação. Além disso, temos de ter consciência de que a forma como Caetano governou foi bastante diferente da de Salazar, não permitindo que sobre o destino do País decidisse apenas um homem só. Essa característica, embora positiva, reduziu o espaço de manobra a Caetano, até porque o progresso foi apenas possível graças a uma política de equilíbrio das pressões, vindas de várias correntes ideológicas. Conseguiu, no entanto, realizar muitos dos seus objectivos. Devolveu ao povo português algumas liberdades que considerava importantes para poder seguir com reformismo dentro das linhas do sistema corporativo. Apostou no crescimento económico, que viu os seus dias negros apenas por ocasião da crise internacional, prosseguiu, através do seu ministro Veiga Simão, com a reestruturalização do sector educativo, melhorando substancialmente a qualidade do ensino, a extensão da previdência social foi um marco histórico na justiça social portuguesa.

Não foi, porém, capaz de resolver a questão ultramarina. A herança salazarista revelou-se demasiado pesada, condicionando uma maior abertura do regime. A manutenção da doutrina ultraconservadora de que a África teria de ser defendida em conjunto, mostrou-se fatal para Caetano. O que falhou, a nosso ver, na governação de Caetano não foi nenhum dos traços característicos do marcelismo – abertura política, pluralismo parlamentar, política de autonomia progressiva dos territórios ultramarinos, crescimento económico. O que realmente causou o derrube do seu governo foi tudo o que Caetano teve de conservar do salazarismo – a censura, a polícia secreta e principalmente a guerra colonial.

4. BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Freire José: *Salazar, Caetano – Cartas Secretas (1932-1968)*. Editorial Circulo de Leitores , Lisboa, 1993
- Antunes, Freire José: *Kennedy e Salazar – o Leão e a Raposa*. Editorial Difusão Cultural, Lisboa, 1992
- Arriaga, Kaúlza de: *Guerra e Política*. editorial Referendo, Lisboa, 1987
- Baptista, António Alçada: *Conversas com Marcelo Caetano*. editorial Moraes, Lisboa, 1977
- Brandão de Brito, José Maria(coord.): *Marcelismo ao Fim do Império*. 1ª ed., Editorial Notícias, Lisboa, 1999
- Caetano, Marcelo: *Depoimento*. Editorial Record, Rio de Janeiro, 1974
- Caetano, Marcelo: *Mandato Indeclinável*. Editorial Verbo, Lisboa, 1970
- Caetano, Marcelo: *Minhas Memórias de Salazar*. Editorial Verbo, Lisboa, 1977
- Caetano, Marcelo: *Pelo Futuro de Portugal*. Editorial Verbo, Lisboa, 1969
- Gomes, Matos Carlos: *Guerra Colonial*. Editorial Notícias, Lisboa, 2000
- Klíma, Jan: *Dejiny Portugalska*. Nakladatelství Lidové Noviny, Praha, 2007
- Luceda, Manuel: *A Evolução do Sistema Corporativo Português – O Marcelismo*. Editorial P&R, Lisboa, 1976
- Miranda, Jorge: *Estudo de Direito Eleitoral*. edições Lex, Lisboa, 1995
- Pinto, Nogueira Jaime: *Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*. Editorial Difel, Lisboa, 1999
- Rosas, Fernando (coord.): *A Transição falhada*. 1ª ed., Editorial Notícias, Lisboa, 2004
- Rosas, Fernando: *História de Portugal*(coord. José Mattoso). Vol. 7, edições Estampa, Lisboa, 1998
- Spínola, António de: *País sem rumo: Contributo para a História de Uma Revolução*. Ed.Scire, Lisboa, 1978
- Veiga, Simão: *O Direito à Educação*. CIREP, Lisboa, 1972

Nota de aceitação

Dou o meu consentimento para que este trabalho possa ser divulgado nas universidades da República Checa e dos países ibero-americanos.

